



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640040 - MG (2021/0012705-9)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : MAYK WALLACE LOPES MOREIRA  
**ADVOGADO** : MAYK WALLACE LOPES MOREIRA - MG159216  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : LUCAS EDUARDO CAMILO DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS EDUARDO CAMILO DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.588744-1/000).

O paciente foi preso em flagrante em 22/6/2020 pela prática de tráfico de entorpecentes, tendo a custódia sido convertida em preventiva. Ficou encarcerado durante a instrução e, na sentença condenatória (5 anos de reclusão, no regime semiaberto), foi negado o direito de apelar em liberdade.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar e que o regime semiaberto é incompatível com a segregação.

Aduz que o paciente tem bons predicados pessoais e que é ínfima a quantidade de droga apreendida (8,70 gramas de maconha).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, constata-se que não há demonstração de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois consta do voto do relator (fl. 56):

*No caso dos autos, em que pese a irresignação do impetrante, permanece hígida a necessidade da prisão preventiva, notadamente em face do periculum libertatis.*

*Conforme consignado no julgamento do HC 1.0000.20.481278-8/000, o Paciente já foi preso em datas pretéritas por envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes. Além disso, ele responde judicialmente pela prática de homicídio qualificado.*

*Tais fatos, somados à recente condenação à pena de 04 (quatro) anos, 07 (sete) meses e 04 (quatro) dias de reclusão evidenciam a contumácia delitiva e, por via de consequência, a periculosidade do agente, impondo-se a manutenção da prisão cautelar para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.*

*Cumpra ressaltar que o Paciente permaneceu segregado durante toda a instrução processual, de modo que assim deve permanecer enquanto aguarda o julgamento do eventual recurso, até mesmo porque não houve alteração*

*das circunstâncias fáticas que justificaram a custódia.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não ficou evidenciada, de plano, a alegada flagrante ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência